

Meio: TSF

Data: 30-08-2016

IMPOSTOS

Governo vai averiguar se decisão sobre Apple tem efeitos em Portugal

30 DE AGOSTO DE 2016 - 22:01

Na sequência da decisão de Bruxelas, o Fisco pretende saber se há ou não lugar à liquidação de impostos que deviam ter sido pagos em Portugal.



Instalações da Apple na Irlanda

Foto: © Reuters

TSF com Lusa



MAIS

[Empresas](#)
[Concorrência](#)
[Economia](#)
[Apple](#)
[Comissão Europeia](#)

O Governo afirmou esta terça-feira que a Autoridade Tributária (AT) vai averiguar se a decisão sobre a empresa tecnológica norte-americana Apple poderá dar origem à liquidação de quaisquer impostos que devessem ter sido pagos em Portugal.

"Tendo em conta o referido no Comunicado da Comissão, relativamente à possibilidade de os países exigirem a correção dos impostos sobre os lucros 'com base nas informações reveladas pela investigação da Comissão', a Autoridade Tributária (AT) averiguará, como é sua missão, se as referidas informações podem dar origem à liquidação de quaisquer impostos que devessem ter sido pagos em Portugal", lê-se numa nota do Ministério das Finanças entretanto divulgada.

Em causa está a conclusão da Comissão Europeia conhecida hoje, segundo a qual a Irlanda concedeu benefícios fiscais ilegais à Apple, ordenando a Dublin que recupere 13 mil milhões de euros à empresa tecnológica norte-americana por impostos não cobrados entre 2003 e 2014.

Perante esta decisão de Bruxelas, "o Governo português considera que este caso confirma a necessidade, que tem sido defendida por Portugal, de revisão da diretiva juros e royalties da União Europeia que, na prática, limita os poderes de tributação dos Estados onde têm origem estes rendimentos, no sentido de essa limitação só acontecer quando exista tributação efetiva dos mesmos rendimentos no Estado de destino".

De acordo com a nota do Ministério liderado por Mário Centeno, "tal solução evitaria a prática de deslocação artificial (sem correspondente atividade económica da empresa) de rendimentos tributáveis para países com regime mais favorável".

Na sequência da decisão de Bruxelas, a Irlanda tem agora de recuperar os auxílios ilegais concedidos à Apple, ao abrigo das regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais, pois permitiu à Apple pagar substancialmente menos impostos do que outras empresas. Dublin e a Apple já anunciaram, por seu lado, que tencionam recorrer desta decisão.

Ouvido pela TSF, o advogado e professor de Finanças Públicas e Direito Fiscal, Rogério Fernandes Ferreira, acredita que a decisão vai ter consequências para a Irlanda e que a Comissão Europeia pode não ficar por aqui.



O especialista em direito fiscal explica porque é que a Comissão Europeia pode não ficar por aqui

Entretanto, e depois de conhecida esta posição comunitária, o Departamento do Tesouro norte-americano criticou a decisão da Comissão Europeia de ordenar ao grupo informático Apple o reembolso de uma soma recorde, alegando que ameaça "o espírito de parceria económica" entre Estados Unidos e União Europeia.